



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

MSR

Sessão de 14 de setembro de 1992**ACORDÃO N° 103-12.912**

Recurso nº: : 101.188 - IRPJ - EXS: 1986 a 1988

Recorrente: : VIAÇÃO PRADOPOLENSE LTDA.

Recorrida : : DRF EM RIBEIRÃO PRETO - SP

IRPJ - SUBSTITUIÇÃO DE PARTES - PROVA DE AUMENTO DA VIDA ÚTIL - Não tendo sido demonstrado que dos reparos e conservação assim como da substituição das partes de um bem, tenha resultado o aumento de sua vida útil prevista, são admitidas como despesas operacionais os gastos respectivos.

DESPESAS DESNECESSÁRIAS - Se não guardam relação com o objeto da empresa, demonstrando mera liberalidade, não sendo usuais ou necessários, não são dedutíveis como operacionais.

DESPESAS PASSÍVEIS DE IMOBILIZAÇÕES - Aquisição de Telefone - O valor deve ser imobilizado ensejando a correção monetária sobre os montantes pagos na aquisição de telefone.

Gastos com construções e obras realizadas devem ser ativadas para depreciações ou amortizações correspondentes e reconhecimento da correção monetária.

DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES COM EMPREGADOS - Não havendo indicação do paciente no pagamento de despesas médicas, hospitalares, confecção de material ótico, etc. não se pode aceitar a dedutibilidade como despesas operacionais, tratando-se pois, de dépendios por mera liberalidade, não dedutíveis do lucro líquido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por VIAÇÃO PRADOPOLENSE LTDA.,

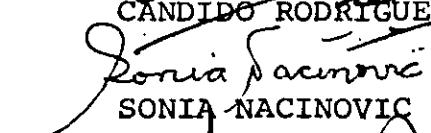
V.V.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em DAR ~~o~~ provimento parcial ao recurso para excluir da tributação as importâncias de Cr\$ 29.110.000,00; Cz\$ 12.786,41 e Cz\$ 375.055,70 (padrão monetário à época) nos exercícios de 1986, 1987 e 1988, respectivamente.

Sala das Sessões (DF).., em 14 de setembro de 1992.


CANDIDO RODRIGUES NEUBER

PRESIDENTE


SONIA NACINOVIC

RELATOR

VISTO EM ZAINITO HOLANDA BRAGA

PROCURADOR DA FA-

SESSÃO DE: 19 NOV 1992

ZENDA NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: LUIZ HENRIQUE BARROS DE ARRUDA, VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE, MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JUNIOR, ILCENIL FRANCO. Ausente por motivo justificado o Conselheiro Dícler de Assunção.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 10840/001.702/90-48

RECURSO Nº : 101.188

ACORDÃO Nº : 103-12.912

RECORRENTE : VIAÇÃO PRADOPOLENSE LTDA.

R E L A T Ó R I O

VIAÇÃO PRADOPOLENSE LTDA., pessoa jurídica domiciliada à Rua Santos Dumont, 545, Município de Pradópolis/SP, recorre a este Conselho da decisão do Sr. Delegado da Receita Federal em Ribeirão Preto/SP, que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 313/314, relativa às irregularidades detalhadamente descritas no Termo de Constatação de fls. 302/306, sintetizadas na forma abaixo:

1. Despesas Indedutíveis -- apropriação como despesas de gastos desnecessários à sua atividade e estranhos à manutenção da respectiva fonte pagadora, que, além de não comprovadas, mostraram-se não usuais e anormais no tipo de suas transações e operações, sendo, em muitos casos, pagas diretamente pelo Caixa impossibilitando ainda mais a comprovação do gasto:

Exercício de 1986 - período-base de 1985 = Cr\$
33.287,741

Exercício de 1987 - período-base de 1986 = Cz\$
58.655,00

Exercício de 1988 - período-base de 1987 = Cz\$
1.631.052,00.

2. Bens do Ativo Imobilizado lançados como despesas:

2.1 Escrituração das parcelas pagas em contas cor-

ACÓRDÃO N° 103-12.912

rentes, na aquisição de linha telefônica, sem a necessária correção monetária:

Exercício de 1986 - período-base de 1985 = Cr\$
2.209.424

Exercício de 1987 - período-base de 1986 = Cz\$
3.015,35.

✓ 2.2 Glosa de valores correspondentes a obras em andamento, indevidamente lançadas como despesas:

Exercício de 1986 - período-base de 1985 = Cr\$
45.222,235

Exercício de 1987 - período-base de 1986 = Cz\$
15.118,00

Exercício de 1988 - período-base de 1987 = Cz\$
1.142.805,07.

2.3 Correção monetária dos valores constantes do item acima, nos respectivos períodos-base:

Exercício de 1986 - período-base de 1985 = Cr\$
42.047.889

Exercício de 1987 - período-base de 1986 = Cz\$
1.493,37

Exercício de 1988 - período-base de 1987 = Cz\$
361.547,98.

2.4 Outras imobilizações não realizadas: apropriação indevida como despesas, de valores dispendidos na aquisição de peças, ferramentas, serviços e equipamentos por superarem os limites estabelecidos à época para tal apropriação; muitos deles, por si só, já representavam equipamentos passíveis de imobilização:

✓ Exercício de 1986 - período-base de 1985 = Cr\$
29.110.000

Exercício de 1987 - período-base de 1986 = Cz\$
14.496,41

ACÓRDÃO N° 103-12.912

Exercício de 1988 - período-base de 1987 = Cz\$ 422.501,82

2.5 Correção monetária dos valores constantes do item acima, nos respectivos períodos-base:

Exercício de 1986 - período-base de 1985 = Cr\$ 1.905.114

Exercício de 1987 - período-base de 1986 = Cz\$ 1.594,40

Exercício de 1988 - período-base de 1987 = Cz\$ 497.055,36.

Tendo requerido a prorrogação do prazo legal para apresentação da defesa, sendo essa deferida pela autoridade competente, a empresa ingressou tempestivamente com a impugnação de fls. 320/325, alegando, de início, que o Auto de Infração foi lavrado apenas pela visão que o autor do feito tem dos conceitos de imobilização, e etc. (sic), como procura demonstrar, em seu arrazoado:

a) Não há definição legal que estabeleça a diferença entre os conceitos de imobilização e despesas de conservação e reparos, sendo o critério usado na lei, o aumento do prazo de vida útil do bem, por período maior que um ano; à respeito, transcreve a impugnante, trecho de obra de jurista, versando sobre a matéria;

b) Os gastos por ela efetuados, registrados como despesas, tinham a finalidade de manter os bens de seu ativo em regular funcionamento, até o final de sua expectativa de vida útil, sendo dedutíveis, nessas condições;

c) As demais infrações apontadas no Auto de Infração, decorrem também da visão parcial e rigorosa, que o fiscal autuante teve da documentação examinada, não ocorrendo a vio-

ACÓRDÃO N° 103-12.912

lação dos dispositivos legais por ele elencados:

O autor do feito, em informação de fls. 325/326, comentando o fato da impugnante haver centrado sua defesa na questão da indedutibilidade dos gastos com conservação de bens que têm sua vida útil aumentada por período superior a um ano, sem contestar objetivamente as demais infrações arroladas na peça vestibular, propõe a manutenção integral do lançamento, reforçando seu embasamento legal e transcrevendo trechos de ementas de acórdãos do Primeiro Conselho de Contribuintes, que trataram da matéria.

A decisão da autoridade julgadora de primeira instância, indeferiu totalmente a impugnação da autuada, com base nos seguintes fundamentos:

1. a interessada não trouxe aos autos nenhum fato novo, documento ou prova, que pudesse motivar a alteração do lançamento;

2. atendo-se ao único arguento objeto de sua impugnação, de que os gastos tinham a finalidade de manter os bens de seu ativo em condições de regular funcionamento, observa-se que, dos documentos juntados ao processo, às fls. 06 a 288, a maioria deles, nem sequer destaca quais foram os bens que receberam a melhoria, já merecendo, apenas por isso, a glosa efetuada pelo fiscal;

3. quanto às demais infrações, a interessada limitou-se a usar argumentos meramente protelatórios, como o de que essas foram apontadas em decorrência apenas de uma visão parcial e rigorosa do fiscal, não esclarecendo nem mesmo o porque dessa observação.

Cientificada da decisão retro, em 01.07.91, con-

ACÓRDÃO N° 103-12.912

forme Aviso de Recebimento afixado às fls. 331, a empresa inter-
põe recurso voluntário a este Conselho, em 31.07.91, juntado ao
processo às fls. 334/337, onde ratifica suas razões já apresenta-
das na fase impugnatória, acrescentando que:

– sua atividade principal é o transporte de tra-
balhadores rurais, realizado em estradas particulares de imóveis
agrícolas, sem pavimentação, esburacadas e cobertas de pó ou la-
ma; dessa forma, seus veículos sofrem um desgaste anormal, exi-
gindo reparações contínuas;

– como dito na impugnação, esses consertos e re-
paros não aumentam a vida útil dos bens, pois apenas restabele-
cem o seu prazo de utilização a princípio previsto, devendo os
gastos correspondentes, ser tratados como despesas correntes, sen-
do sua dedutibilidade autorizada por lei; nesse sentido, o Acór-
dão nº 105-01.851/86, deste Conselho, cuja ementa transcreve;

– o argumento utilizado pela autoridade monocrá-
tica para manter a exigência – de não serem indicados nas notas
fiscais de aquisição de peças e outros, quais os bens que esta-
vam sendo conservados – contraria a jurisprudência e a doutrina
dominante sobre o assunto; ao serem as peças de reposição adqui-
ridas, são registradas a débito de "Almoxarifado", sendo levadas
a despesas, quando de sua utilização nos veículos, identificados,
através de "ordem de serviços", se atendendo, pois, todas as nor-
mas que autorizam a dedutibilidade das despesas de conservação e
reparos de bens do ativo imobilizado;

– quanto às demais infrações arroladas no Auto,
afirma a empresa que decorreram exclusivamente da imparcialidade
(sic) que teve o agente autuante, em relação aos comprovantes de
pequenas despesas, sendo essas necessárias e perfeitamente acei-
tas por este Conselho, desde que em valores módicos e compatíveis
com a receita bruta do contribuinte.

ACÓRDÃO N° 103-12.912

Requer, ao final, que se dê provimento ao recurso, para que seja reformada a decisão recorrida e seja restabelecida a justiça fiscal.

É o relatório.

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "Dona Socínevi".

ACÓRDÃO N° 103-12.912

V O T O

Conselheira SONIA NACINOVIC, Relatora.

Acolho o Recurso por ter sido interposto com guarda do prazo regulamentar.

As infrações capituladas nos autos, são, abaixo, discriminadas individualmente, para melhor julgamento das diversas questões levantadas:

AQUISIÇÃO DE UM TELEFONE - Não tendo sido ativados os valores pagos, deixou a Contribuinte de reconhecer a correção monetária no ano-base de 1985 Cr\$ 2.209.424,73 e no ano-base de 1986 Cz\$ 3.015,35 (moeda da época) pelo que NEGO PROVIMENTO AO RECURSO neste item.

CONSTRUÇÕES E RESPECTIVAS CORREÇÕES MONETÁRIAS- Escrituradas como despesas e gastos que deveriam ter sido ativados, sendo:

1985 Cr\$ 45.222.235,00 construções e Cr\$ 42.047.889,72 de correção monetária.

1986 Cz\$ 15.118,00 construções e Cz\$ 1.493,37 de correção monetária

1987 Cz\$ 1.142.805,07 construções e Cz\$ 361.547,98 de correção monetária .

NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.

PEÇAS, SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS COMO DESPESAS OPERACIONAIS - Consideradas pela autuação como passíveis de imobilizações, devido a terem ultrapassado o limite estabelecido, na época, para serem escriturados como despesas.

Este item é onde maior inconformação expressa a Recorrente, dizendo que, a atividade da empresa decorre em estrá



ACÓRDÃO N° 103-12.912

das particulares de imóveis agrícolas, desprovidas de pavimentação, esburacadas, cheias de pó e lama, pelo que os veículos e maquinário agrícola usados têm um desgaste acentuado e constante, necessitando de contínuas substituições de peças, manutenção e reparos, para continuarem em regular funcionamento, tratando-se por tanto, de restabelecimento do prazo de utilização, a princípio previsto, e não de obras para aumento deste prazo de utilização.

O exame dos documentos, e principalmente os de fls. 234 a 241 (ex. de 1986) no valor de Cr\$ 29.110.000,00, fls. 243 a 244 (ex. 1987) no valor de Cz\$ 12.786,41, e folhas 248 a 261, 263 a 269, 270 a 286 (ex. 1988) no valor de Cz\$ 375.055,70 são referentes à despesas de retífica, troca de vidros, reparos em caminhões, ônibus, pequenas peças destinadas a substituições, comuns a uma empresa de transporte.

Tendo em vista diversas decisões de Acórdãos do Conselho de Contribuintes, quais sejam:

Acórdão 105-01.851/86-1º CC - CONERTO DE VEÍCULOS.

AC.CSRF/01-0.383/88 - CONSERVAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES E PRAZO DE VIDA ÚTIL.

Acórdão 103-09.966/90 - 1º CC - CONSTRUÇÕES, REPAROS E CONSERVAÇÃO.

Acórdãos 102-22.979/87 e 22.987/87 - 1º CC - PEÇAS DE REPOSIÇÃO.

Acórdão 101-78.425/89 - REPAROS DE BENS DO ATIVO 1º CC.

AC.CSRF/01-0.799/88 - PROVA DO AUMENTO DA VIDA ÚTIL.

Acórdão 103-07.056/85 do 1º CC - RETÍFICA DE MOTORES DE TRATORES.

ACÓRDÃO N° 103-12.912

Acórdão 105-03.079/89 do 1º CC - SUBSTITUIÇÃO DE PARTES (PROVA DE AUMENTO DA VIDA ÚTIL).

pelos quais são admitidos - quando não provado o aumento de vida útil de bens - a sua dedutibilidade como despesas operacionais.

DOU PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso para se excluir da tributação os valores acima mencionados relativos as notas fiscais mencionadas e apensadas aos autos do processo.

GASTOS DESNECESSÁRIOS À ATIVIDADE DA EMPRESA - Embora as notas fiscais de publicidade revestirem-se de autenticidade, não provou a Recorrente, por intermédio de contratos ou quaisquer outros documentos capazes de justificar a utilização dos veículos de difusão, em benefício da empresa, e para incrementar a sua atividade. As outras despesas, de representação, viagens, despesas de cirurgia sem mencionar o nome do paciente, despesas de bingos, liquidificadores, faqueiros, caixas de uísque, não caracterizam o tipo de serviço realizado ou a necessidade de seu dispêndio, embora solicitadas na fase da verificação fiscal, pelo que,

Nego provimento ao Recurso neste item.

É O MEU VOTO.

Brasília (DF), em 14 de setembro de 1992

Sonia Nacínovic
SONIA NACINOVIC - RELATORA

